

APRESENTAÇÃO DO DOSSIÊ

JUSTIÇA REPRODUTIVA: MATERNIDADES E VIOLÊNCIAS

O dossiê “Justiça Reprodutiva: maternidades e violências” reúne um conjunto de artigos que exploram as diversas facetas das lutas sociais por direitos sexuais e direitos reprodutivos no Brasil. Acreditamos que este dossiê traz uma relevante contribuição para o campo dos estudos feministas ao oferecer uma análise aprofundada da Justiça Reprodutiva no contexto brasileiro.

Os trabalhos reunidos também revelaram a importância da interdisciplinaridade para uma compreensão aprofundada das complexidades da Justiça Reprodutiva. Ao transitar por diferentes campos de conhecimento, como direito, psicologia, sociologia e saúde coletiva, os artigos aqui reunidos oferecem uma perspectiva multifacetada que explora novas dimensões do problema e propõe respostas mais acuradas para a garantia de direitos e da justiça social.

A Justiça Reprodutiva é um conceito originariamente formulado por ativistas e intelectuais de movimentos transnacionais de mulheres negras e feministas do Sul Global (Luna; Luker, 2013; Côrrea; Petchesky, 1996). Sua formulação guarda estreita conexão com a capacidade reprodutiva, mas também diz respeito aos constrangimentos proporcionados pelo Estado e pela sociedade, em relação aos projetos de vida parental considerados desqualificados, desde uma lógica liberal, racista e eugênica. Dessa forma, podemos dizer que a Justiça Reprodutiva se sustenta em três premissas: o direito de não ter filhos utilizando métodos contraceptivos ou o aborto; o direito de ter filhos e de parir nas condições escolhidas; e o direito de criá-los em condições adequadas, em ambientes seguros, com apoio e de forma saudável (Ross, 2006, 2017; Roberts, 2015).

A Justiça Reprodutiva permite desvelar as diversas expressões de violências (materiais, simbólicas e institucionais) que atravessam as experiências das pessoas que gestam, das que maternam ou das que abortam. É fundamental destacar que a gestação, tanto em corpos cis quanto trans, é atravessada por discursos essencialistas. Não rara é a associação da maternidade a um destino biológico e social, impondo às mulheres um fardo desproporcional de cuidados. Os artigos selecionados para esse dossiê ampliam o

debate, defendendo a Justiça Reprodutiva como uma ferramenta conceitual e analítica que reivindica a validação do projeto de vida parental de mulheres e pessoas que gestam em situação de vulnerabilidade social, a partir de soluções comunitárias e de políticas públicas de cuidado para a superação de iniquidades estruturais, como medida de justiça social.

Ao abordar os desdobramentos sociojurídicos da Justiça Reprodutiva, este dossiê destaca a importância da interseccionalidade para a compreensão das múltiplas formas de opressão que se interconectam. A perspectiva interseccional, portanto, é fundamental para desvelar as iniquidades sociais e possibilitar um horizonte de justiça social.

Os artigos que compõem esse dossiê foram agrupados em 4 eixos temáticos: (i) parto, cuidado e violências; (ii) aborto legal; (iii) (in)justiças reprodutivas; (iv) liberdade, sexualidade e contracepção. Passamos a seguir a apresentá-los.

(i) Parto, cuidado e violências

Este eixo temático se concentra nas experiências de mulheres durante o parto e o nascimento, com um enfoque especial nas violências obstétricas e na importância dos cuidados humanizados. Os estudos aqui reunidos evidenciam a necessidade de desconstruir práticas medicalizadas e padronizadas, que muitas vezes desrespeitam os desejos e necessidades das mulheres. Além disso, os artigos destacam a importância do empoderamento feminino e do conhecimento sobre o próprio corpo durante o processo gestacional. Estudos como **"(Re)significando o parto: um processo permeado pelo conhecimento, reflexões, intensidades e empoderamento feminino"** de Clara Versiani, Ana Paula Rocha e Cristina Sampaio e **"Assistência ao parto no Município de Francisco Morato: o que dizem as mulheres?"** de Fabiana Santos Lucena, Mariana Tarricone Garcia, Denise Yoshie Niy, Fannya Talilia Batista de Souza investigam as práticas de cuidado e a busca por um parto mais humanizado. Por outro lado, artigos como **"A gente nem sabe quando é violência: as lutas das mulheres Kaiowa e Guaraní pelo bem viver"**, de Claudia Regina Nihnig, Cátia Paranhos e Paula Faustino Sampaio e **"Quando o Racismo e a violência obstétrica se encontram: o ativismo de mulheres negras"**, de Ariene Alexandra Rodrigues, Marcos Nascimento, Corina Helena Figueira Mendes e Giovana Weiss denunciam a violência obstétrica como uma grave violação dos direitos humanos, especialmente para mulheres negras e indígenas. Por fim, o artigo **"Divisão sexual do trabalho e o exercício da maternidade por docentes**

universitárias: um olhar a partir de “Um teto todo seu”, de Leticia Cardoso Ferreira explora os desafios enfrentados por mulheres acadêmicas em conciliar a vida profissional com a maternidade. Essa diversidade de perspectivas demonstra a necessidade de uma abordagem interseccional para compreender e combater a violência obstétrica e garantir o direito à saúde reprodutiva.

(ii) Aborto legal, criminalização e serviços de saúde

Os artigos deste eixo abordam o tema do aborto legal sob diversas perspectivas, desde os desafios legais e sociais enfrentados por mulheres que buscam interromper uma gravidez indesejada até as implicações psicológicas e sociais da criminalização do aborto. Os estudos aqui reunidos evidenciam a necessidade de despenalizar o aborto e garantir o acesso a serviços de saúde seguros e de qualidade.

Os artigos **"A psicologia na atuação por Justiça Reprodutiva: acesso ao aborto legal e enfrentamento das violências"** escrito por Mayara Kuntz Martino, Anna Carolina Lanas Soares Cabral, Rita Kawana Duarte Queiroz e **"Políticas da Travessia: capacitação, estigma e sofrimento no acesso ao aborto legal"** de autoria de Maynara Costa de Oliveira Silva aprofundam a discussão sobre o acesso ao aborto legal no Brasil, analisando os obstáculos, os discursos estigmatizantes e as consequências da criminalização, especialmente para mulheres negras e LGBTQIA+. O artigo **"Feminização do cuidado e a negativa do direito ao aborto: uma análise a partir das teorias críticas feministas latino-americanas"**, de Ana Laura Marques Gervasio demonstra como a construção social da mulher como cuidadora impacta o acesso a esse direito.

(iii) (In)Justiças reprodutivas

Este conjunto de artigos aborda a complexidade da Justiça Reprodutiva no Brasil, com foco nas desigualdades sociais e nas barreiras ao acesso à saúde reprodutiva. Os estudos aqui reunidos analisam casos concretos de mulheres que tiveram seus direitos violados, evidenciando a necessidade de políticas públicas mais eficazes para garantir a saúde reprodutiva.

No artigo **"Mortalidade materna evitável e justiça reprodutiva: contribuições do caso Alyne da Silva Pimentel"**, Fabiane Simioni, Joseane Mariéle Schuck e Júlia Silva Gonçalves demonstram como a falta de acesso a serviços de saúde de qualidade contribui para a alta taxa de mortalidade materna no Brasil. **"Justiça Reprodutiva:**

Estatuto do Nascituro e a erosão dos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres no Brasil”, de autoria de Maria Adriana Farias Rodrigues e Ravena Maria Souza Ferreira, discute os impactos do Estatuto do Nascituro nos direitos reprodutivos das mulheres, especialmente no que diz respeito ao aborto. “**A práxis da psicologia com sobreviventes de violência sexual: um olhar interseccional sobre injustiças reprodutivas**”, de Lorena de Brito Marcelino Pereira, Paula Rita Bacellar Gonzaga e Ana Luiza Abrão de Queiroz, aborda a relação entre violência sexual e saúde reprodutiva, destacando a importância do acompanhamento psicológico para as vítimas. A ausência de debates sobre Justiça Reprodutiva no legislativo brasileiro é abordada em “**Os impactos da sub-representação feminina na produção legislativa da Câmara dos Deputados**”, de Tainah Sales. Em “**Direitos Reprodutivos de mulheres negras aprisionadas e os efeitos do Habeas Corpus Coletivo nº 143.641/SP no cárcere**” de Aline Passos de Jesus Santana, Grasielle Borges Vieira de Carvalho e Hemilly Gabriellen Santana Santos destacam os impactos da privação de liberdade sobre os direitos reprodutivos. Os artigos “**Violência Obstétrica na Agenda do Sistema de Justiça: O que dizem as diretrizes do Conselho Nacional de Justiça e as ações das instituições?**”, de Sarah Lima de Souza, Évelin Staevie dos Santos, Polyana Peixoto Pinheiro e Munique Therense Costa de Moraes Pontes, e “**Respeita esse corpo que dele sai gente**”: cenários jurídicos da violência obstétrica”, de Cristiane Brandão Augusto, Isabela Sousa de Jesus Pereira e Mariana Freitas da Costa lançam luzes sobre o papel das instituições do Sistema de Justiça na responsabilização em casos de violência obstétrica. Por fim, “**Contribuição do feminismo brasileiro para a justiça reprodutiva**” de autoria de Tatiane Farias da Rosa Silva, destaca o papel fundamental do movimento feminista na luta por políticas públicas que garantam a saúde reprodutiva das mulheres.

(iv) Autonomia, contracepção e dignidade

Este eixo temático aborda diversas facetas da autonomia, da contracepção e da dignidade, com foco nas desigualdades sociais e nas barreiras no acesso à saúde reprodutiva. Os estudos aqui reunidos evidenciam a importância de garantir o acesso à informação e aos métodos contraceptivos, além de discutir as repercussões sociais e culturais do exercício da sexualidade feminina, especialmente para mulheres negras e de baixa renda.

Em “**Controle reprodutivo e populacional no oferecimento de contraceptivos pelo SUS**”, de Beatriz Carvalho Nogueira, Flavia Portella Püschel, as autoras analisam as políticas públicas de contracepção no Brasil e seus impactos sobre as mulheres negras e de baixa renda. No artigo “**Entrega voluntária da adoção: análise do perfil das mulheres que doam**”, Milena Maciel, Fatima Maria Leite Cruz e Raphael Fernandes Coimbra discutem a decisão de entregar um filho para adoção, focando no perfil das mulheres que fazem essa escolha e nas condições sociais que as levam a essa decisão. Por sua vez, “**Precisamos falar sobre dignidade menstrual: uma sensibilização com a rede de diretoras/es da rede pública municipal de Novo Hamburgo/RS**”, de autoria de Caroline Luiza Willig e Saraí Patricia Schmidt, aborda a importância de políticas públicas que garantam o acesso a produtos de higiene menstrual, desmistificando a menstruação e combatendo seus estigmas associados.

Agradecemos imensamente a todas as autoras que contribuíram com seus trabalhos para este dossiê. A rica diversidade de perspectivas e abordagens apresentadas nos mais de 30 textos recebidos demonstra o grande interesse e a relevância da Justiça Reprodutiva na comunidade acadêmica. A seleção dos 19 artigos que compõem esta publicação foi um desafio emocionante, diante da alta qualidade de todos os textos recebidos. Acreditamos que este dossiê, com sua pluralidade de vozes, contribuirá significativamente para o avanço do debate sobre a Justiça Reprodutiva. Esperamos que este dossiê inspire novas pesquisas e debates.

Fabiane Simioni (Universidade Federal do Rio Grande)

Paula Pinhal de Carlos (Universidade La Salle)

Claudia Regina Nichnig (Universidade Federal de Santa Catarina)

Referências

CÔRREA, S.; PETCHESKY, R. Direitos sexuais e reprodutivos: uma perspectiva feminista. **Physis Revista de Saúde Coletiva**, n. 6, v.1-2, p. 147-177, 1996. <https://doi.org/10.1590/S0103-73311996000100008>

LUNA, Z.; LUKER, K. Reproductive Justice. **Annual Review of Law and Social Science**, n. 9, p. 327-352, 2013. <https://doi.org/10.1146/annurev-lawsocsci-102612-134037>



ROBERTS, D. Reproductive Justice, Not Just Rights. **Dissent The Global Right**, n. 62, v. 4, p. 79-82, 2015. <https://doi.org/10.1353/dss.2015.0073>

ROSS, L. Understanding Reproductive Justice: Transforming the Pro-Choice Movement. **Off Our Backs**, n. 36, v. 4, p. 14-19, 2006. <https://www.researchgate.net/publication/259857714>

ROSS, L. Reproductive Justice as Intersectional Feminist Activism. **Souls A Critical Journal of Black Politics, Culture and Society**, n. 19, v. 3, p. 286-314, 2017. <https://doi.org/10.1080/10999949.2017.1389634>